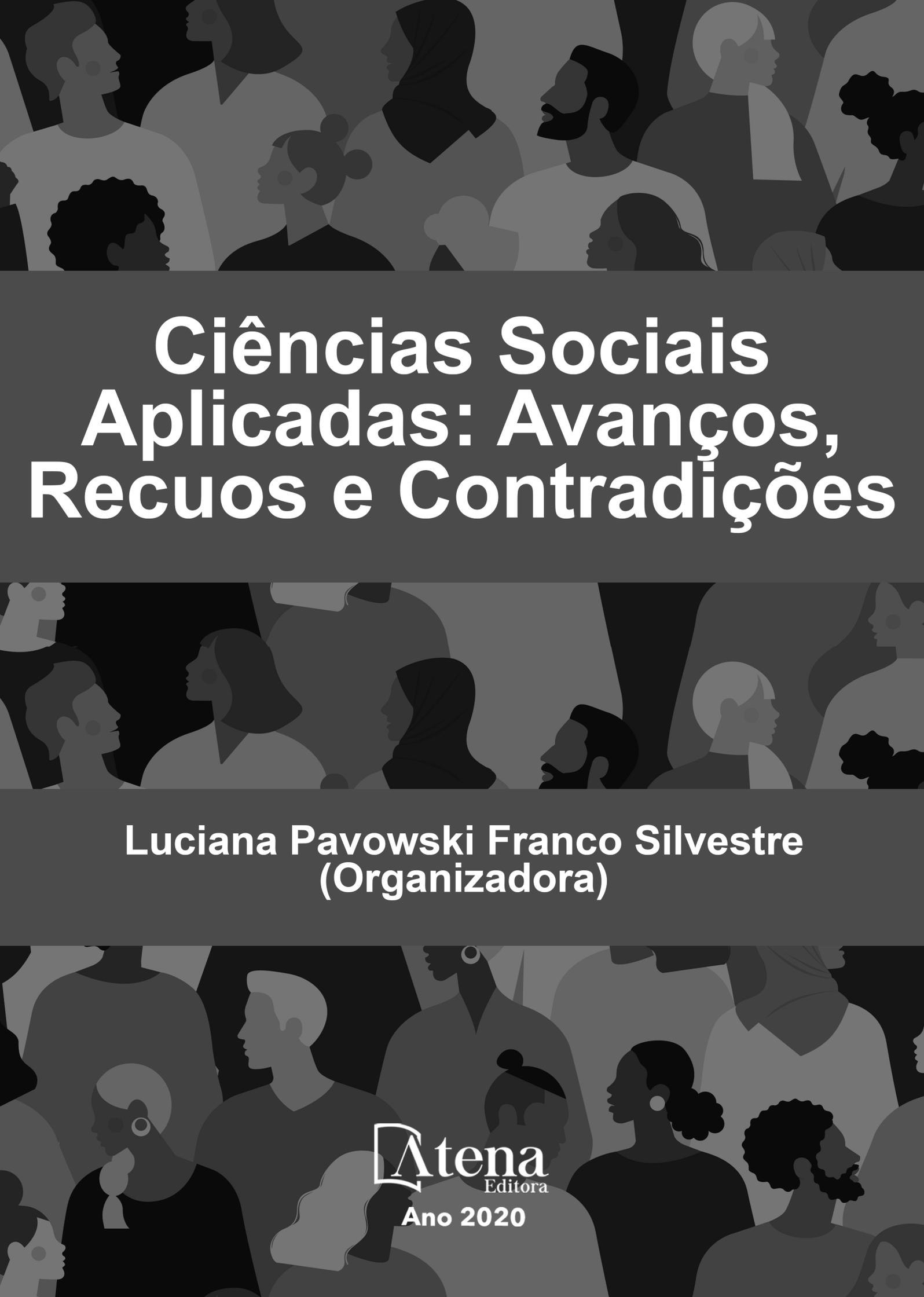


# Ciências Sociais Aplicadas: Avanços, Recuos e Contradições

Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora  
Ano 2020



# Ciências Sociais Aplicadas: Avanços, Recuos e Contradições

Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora  
Ano 2020

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

#### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Linguística, Letras e Artes**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

#### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## **Ciências sociais aplicadas: avanços, recuos e contradições**

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário:** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremona  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Luciana Pavowski Franco Silvestre

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 Ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] : avanços, recuos e contradições / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-248-7

DOI 10.22533/at.ed.487201008

1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 301

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta através do e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Avanços, recuos e contradições” pesquisas que contemplam debates bastante relevantes, considerando-se a importância da pesquisa para reconhecimento e registro dos impactos das consequências das contradições postas no atual contexto nacional.

O e-book é composto por vinte e dois artigos, com temáticas relacionadas principalmente a três eixos: Empreendedorismo e gestão empresarial; Cidadania e políticas públicas e Estratégias relacionadas a resolução de conflitos e processos judiciais.

No eixo que se refere ao empreendedorismo e gestão empresarial, os estudos são tratados a partir da análise do processo de planejamento, gestão de pessoas, estratégias competitivas, sustentabilidade e possíveis impactos diante da diminuição do apoio do poder público no que se refere a áreas de desenvolvimento.

As pesquisas que se relacionam com a temática cidadania e políticas públicas são contempladas a partir de um mapeamento de estudos que se referem aos processos de exclusão social nos programas de pós graduação, impactos nas políticas públicas diante das mudanças dos processos de gestão e formas de atuação estatal, a comunicação como estratégia para democratização e visibilidade dos direitos, questões de gênero, patrimônio histórico e habitação.

As mudanças que vem ocorrendo na forma de atuação do sistema judiciário ganham visibilidade nas pesquisas publicadas, ao apresentarem como objeto de análise a conciliação, a resolução de conflitos, a auto confrontação e a justiça restaurativa.

Esperamos que o e-book possa contribuir com o compartilhamento das pesquisas realizadas, fortalecimento da ciência como instrumento de democratização do conhecimento, bem como, que favoreça a realização de novos estudos para desvelamento dos avanços, recuos e contradições postos no cotidiano da vida em sociedade.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A BRASILEIRA EMPREENDEDORA DO SÉCULO XXI: O PERFIL, MOTIVAÇÕES E DESAFIOS	
Francisco Antônio Gonçalves de Carvalho Wesley Fernandes Araújo Neila Pio de Moraes Stênio Lima Rodrigues José Janielson da Silva Sousa Luzia Rodrigues de Macedo Neilany Araujo de Sousa Ana Maria Soares de Sousa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4872010081</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DE MARKETING NO EMPREENDEDORISMO: UMA ANÁLISE DA INCUBADORA MACKENZIE	
Matheus de Souza Silva Roberto Gondo Macedo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4872010082</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>30</b>
A INFLUÊNCIA DA LIQUIDEZ E DO ENDIVIDAMENTO NA MARGEM EBIT DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO	
Jose Matias Filho Caio Yudi Kunii	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4872010083</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>43</b>
GESTÃO DE PESSOAS EM PROJETOS NO WALT DISNEY WORLD	
Beatriz Dantas Marques Virgínia do Socorro Motta Aguiar	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4872010084</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>55</b>
MODELO SEE-NOW, BUY-NOW COMO ESTRATÉGIA COMPETITIVA DENTRO DA MODALIDADE FAST-FASHION NA INDÚSTRIA TÊXTIL NO BRASIL	
Liliane Melo de Lima Ana Lúcia Pinto da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4872010085</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>65</b>
EVENTOS E SUSTENTABILIDADE: DIFICULDADES E POSSIBILIDADES	
Felipe de Oliveira Silva Maria Carolina Bucco Mirian Teresinha Pinheiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4872010086</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>76</b>
O IMPACTO DA REDUÇÃO DE APOIO DO GOVERNO NO PROCESSO DE APRENDIZADO E INOVAÇÃO NO APL DE ARTESANATO DE PALHA EM MASSAPÉ - CE	
Luis André Aragão Frota Anne Graça de Sousa Andrade	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4872010087</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>95</b>
A EXCLUSÃO SOCIAL E SUAS INTERFACES TEMÁTICAS: MAPEAMENTO DE TESES (2015 – 2017)	
Deborah Yoshie Arima Arlinda Cantero Dorsa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4872010088</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>107</b>
DO PROGRAMA DE BRAÇOS ABERTOS AO PROGRAMA REDENÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CRACOLÂNDIA NA CIDADE DE SÃO PAULO	
Alessandra Medeiros Viviane de Paula Geovane Borges da Silva Leonardo dos Santos Lindolfo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4872010089</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>119</b>
O PODER DO RÁDIO COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO DE DIVULGAÇÃO DO DIREITO E ACOMPANHAMENTO DAS MUDANÇAS SOCIAIS	
Luiz Jeha Pecci de Oliveira José Manfroi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.48720100810</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>131</b>
RELEVÂNCIA DAS VARIÁVEIS LATENTES EM CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA DISCUSSÃO NO ÂMBITO DA ANÁLISE FATORIAL E DA MODELAGEM DE EQUAÇÕES ESTRUTURAIS	
Paulo Roberto da Costa Vieira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.48720100811</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>145</b>
SOCIALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: UMA QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA	
Jennifer Juliana Barreto Bezerra Costa Adir Luiz Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.48720100812</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>157</b>
HABITAÇÃO RIBEIRINHA EM MANACAPURU: ESTUDO DAS VEDAÇÕES DOS ENCAIXES POR PROTOTIPAGEM RÁPIDA	
Ana Carolina Sevzatian Terzian Célia Regina Moretti Meirelles	
<b>DOI 10.22533/at.ed.48720100813</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>171</b>
A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO POR MEIO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: O CASO DO ESPAÇO HAROLDO DE CAMPOS DE POESIA E LITERATURA (SP)	
Letícia Cassiano dos Santos Juliana Maria Vaz Pimentel	
<b>DOI 10.22533/at.ed.48720100814</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>184</b>
ANDROID-GYNE: PERFORMANCE, GÊNERO E LIMINARIDADE	
Ana Beatriz Barreira Leite Romário Cosme da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.48720100815</b>	

<b>CAPÍTULO 16 .....</b>	<b>192</b>
BANCA PERMANENTE DE CONCILIAÇÃO: INSTRUMENTO PARA PREVENIR E COMPOR CONFLITOS JUDICIAIS E OS REFLEXOS PÓS-COVID-19	
Tatiane Oliveira Martins	
Jéssica Daiane Filgueiras Sampaio	
Joseline Mangabeira da Silva	
Alexandre Ernesto de Almeida Pereira	
Liliane Vieira Martins Leal	
<b>DOI 10.22533/at.ed.48720100816</b>	
<b>CAPÍTULO 17 .....</b>	<b>204</b>
ESTUDO SOBRE ASPECTOS DA FORMAÇÃO E DO PAPEL DO INTERVENIENTE NA CLÍNICA DA ATIVIDADE: EM SITUAÇÃO DE AUTOCONFRONTAÇÃO	
Dalvane Althaus	
<b>DOI 10.22533/at.ed.48720100817</b>	
<b>CAPÍTULO 18 .....</b>	<b>222</b>
JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO CAMPO DE PRATICAS SOCIOEDUCATIVAS	
Stella Maris Flores Cucatti	
<b>DOI 10.22533/at.ed.48720100818</b>	
<b>CAPÍTULO 19 .....</b>	<b>233</b>
ENTRE “MORTADELAS” E “COXINHAS”: O DISCURSO POLÍTICO DOS YOUTUBERS BRASILEIROS	
Amanda Cristine Zanoto Fouani	
<b>DOI 10.22533/at.ed.48720100819</b>	
<b>CAPÍTULO 20 .....</b>	<b>243</b>
MARIA JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO: UMA HISTÓRIA DE VIDA	
Stephanie Jully Santos de Oliveira	
Michelle Marques Manhães	
Rayssa da Cruz Ramos Silva	
Priscila da Silva Magalhães	
<b>DOI 10.22533/at.ed.48720100820</b>	
<b>CAPÍTULO 21 .....</b>	<b>253</b>
AVALIAÇÃO DO GRAU DE EMPREENDEDORISMO DE EMPREENDEDORES DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM	
Daiane Oliveira Medeiros	
Ana Flávia Monteiro Diógenes	
Paula Maria Pedrosa Vieira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.48720100821</b>	
<b>CAPÍTULO 22 .....</b>	<b>263</b>
ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DA CESTA BÁSICA EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM	
Daiane Oliveira Medeiros	
Ana Flávia Monteiro Diógenes	
Renan Gonçalves Gabriel	
<b>DOI 10.22533/at.ed.48720100822</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA.....</b>	<b>273</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>274</b>

## O IMPACTO DA REDUÇÃO DE APOIO DO GOVERNO NO PROCESSO DE APRENDIZADO E INOVAÇÃO NO APL DE ARTESANATO DE PALHA EM MASSAPÉ - CE

*Data de aceite: 30/07/2020*

**Luis André Aragão Frota**

Instituto Federal do Piauí (IFPI)- campus Cocal

<http://lattes.cnpq.br/5837443543136590>

**Anne Graça de Sousa Andrade**

Faculdade Luciano Feijão

<http://lattes.cnpq.br/4303739570884643>

**RESUMO:** Este trabalho tem por objetivo discutir o impacto da redução da participação do Governo no APL de palha de carnaúba em Massapê-CE. Traz uma reflexão de como a falta de estímulo às aglomerações pode influenciar negativamente o ciclo de inovação e aprendizado. Para tanto utilizou-se do estudo de caso, da triangulação de técnicas para coleta e da análise de conteúdo para tratamento dos dados. O principal achado deste artigo reside no forte impacto que a atuação do Governo pode exercer com a utilização de políticas públicas para subsidiar o desenvolvimento dos APL's, principalmente, aqueles necessitam de agentes com habilidades complementares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arranjo Produtivo Local. Redução de Apoio Governamental. Aprendizado. Inovação.

**ABSTRACT:** This paper aims to discuss the impact of the reduction of the Government's participation in the APL of carnauba straw in Massapê-CE. It brings a reflection on how the lack of stimulus to agglomerations can negatively influence the cycle of innovation and learning. For that, we used the case study, the triangulation of techniques for collection and content analysis for data treatment. The main finding of this article resides in the strong impact that the performance of the Government can exert with the use of public policies to subsidize the development of the APL's, mainly, those that need agents with complementary skills.

**KEYWORDS:** Local Productive Arrangement. Reduction of Government Support. Learning. Innovation

### 1 | INTRODUÇÃO

Com a crescente competitividade e a expansão dos mercados no cenário econômico atual, fica cada vez mais vantajosa a aliança de empresas em arranjos produtivos locais (APLs) devido à troca de conhecimento, compartilhamento de informação, aprendizado mútuo, melhor adaptação às mudanças e, conseqüentemente, maiores possibilidades de inovação. A proximidade geográfica

é característica comum dos arranjos produtivos locais, que tendem a estimular o estabelecimento de laços sociais entre os agentes (BRITTO, ALBUQUERQUE, 2001). O apoio de órgãos governamentais a esse tipo de estrutura produtiva, sobretudo mediante desenvolvimento de infraestrutura e logística e em conjunto com outros atores tem se caracterizado como importante incentivador do desenvolvimento local (BARROSO, SOARES, 2009).

Tendo em vista a crescente importância deste assunto nas últimas décadas, estudos recentes exploram a influência de programas de apoio às políticas de aglomerações empresariais em países como, por exemplo, o Japão (NISHIMURA, OKAMURO, 2011), a França (CALAMEL et. al., 2012) e os Estados Unidos (MORGAN, 2010). O Brasil também apresenta significativas concentrações espaciais de Pequenas Micro Empresas - PME's, formando os APLs, tanto em regiões mais industrializadas quanto em regiões menos desenvolvidas, em setores tradicionais e em setores de alta tecnologia onde de pode encontrar também estudos que mostram a importância das políticas governamentais de promoção governamental para o fortalecimento e competitividade dos arranjos produtivos locais de MPES (e.g. TEIXEIRA et. al., 2006; BARROSO, SOARES, 2009; NORONHA, TURCHI, 2005; LEMOS, ALBAGLI, SZAPIRO, 2006). A particularidade deste trabalho acolhe-se nas consequências da baixa participação ou cooperação do governo no apoio a este tipo de aglomeração.

Em Ipaguaçu Mirim, distrito da cidade de Massapê – CE há uma concentração de produtores, em sua maioria informais, que mantêm a tradição de confecção de peças artesanais produzidas com a palha seca da carnaúba – APL de artesanato de palha. Uma atividade que chegou a ter seu auge naquela região quando havia a intervenção da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) por meio do Centro de Artesanato do Ceará (CeArt) incentivando a inovação, a produção e a comercialização das peças, e que, com sua saída algumas mudanças foram percebidas, entre estas a inércia no aprendizado e o desestímulo à inovação.

Neste contexto, o presente trabalho tem por objetivo analisar as características do APL de artesanato de palha de Ipaguaçu Mirim, discutindo o impacto da baixa participação ou cooperação do Governo e, ainda, trazer a reflexão de como a falta de estímulo às aglomerações pode influenciar negativamente no processo de aprendizado e de inovações, tornando os empreendimentos menos competitivos no mercado.

Nas sessões que se seguem a esta introdução, será discutido a definição de Sistema Nacional de Inovação, Sistemas Inovativos e Arranjos Produtivos Locais, bem como a importância da parceria com órgãos governamentais, em seguida se fará também uma breve discussão do processo de aprendizado e da interação entre as empresas para a promoção da inovação no atual contexto técnico-econômico, trazendo conceitos importantes que embasarão este trabalho. Na sessão seguinte, faz-se uma caracterização

do APL de artesanato de palha de carnaúba de Ipaguaçu Mirim, distrito de Massapê – CE, seu histórico, sua formação, constituição e sua interação com o Centro de Artesanato do Ceará – CeArt, uma iniciativa do Governo do Estado para fomentar, desenvolver e organizar o artesanato cearense, para depois, apresentar os achados, discutir os resultados e tecer os comentários finais.

## **2 | OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E AS POLÍTICAS DE APOIO**

Para compreensão do conceito de APL e o papel governamental para seu apoio e fortalecimento é importante ressaltar o conceito de Sistema Nacional de Inovação (SNI) e sua evolução teórica para o conceito de APL.

O SNI vem sendo trabalhado desde algum tempo por pesquisadores americanos e europeus (AMARAL FILHO, 2011). Este conceito pode ser entendido como uma construção institucional, seja produto de uma ação planejada e consciente, seja de um somatório de decisões não planejadas e desarticuladas, que impulsiona o progresso tecnológico em economias capitalistas complexas (FREEMAN, 1988; NELSON, 1993), tornando o fluxo de informações necessárias ao processo de inovação mais viável. São firmas, redes de interação entre empresas, agências governamentais, universidades, institutos de pesquisa, laboratórios de empresas e atividades de cientistas e engenheiros se articulando com o sistema educacional, com o setor industrial e empresarial e, também, com as instituições financeiras, criando um circuito nacional (FREEMAN, 1988) dos agentes que são responsáveis pela geração, implementação e difusão das inovações.

O que é evidenciado nesse conceito é a relevância da existência de fontes de informações e transmissão de conhecimentos de níveis nacionais, externas à empresa e associadas à interação entre os agentes da cadeia produtiva, e que as relações de cooperação dependem de políticas públicas direta ou indiretamente voltadas para o desenvolvimento científico e tecnológico.

A Rede de Pesquisa em Sistema e Arranjo Produtivo Locais (REDESIST) sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro é referência nacional nos estudos em Arranjo Produtivo Locais. Esta instituição destaca o papel central da inovação e do aprendizado interativo, como fatores de competitividade sustentada para as empresas que compõem o arranjo ou sistema (REDESIST, 2003). O conceito de APL adotado pela REDESIST tem origem no legado deixado por J. Schumpeter, R. Nelson, S. Winter, C. Freeman, B. A Lundvall. e focaliza nos conjuntos específicos de agentes e atividades econômicas, suas articulações e interações, os fluxos de conhecimento os processos de aprendizado para capacitação produtiva, organizacional e inovativa; bem como a importância da proximidade geográfica e identidade histórica, institucional, social e cultural como fontes de vantagens competitivas sustentadas (LASTRES, CASSIOLATO,

CAMPOS, 2006).

Desta forma, a evolução teórica do conceito de APL parte da ideia das aglomerações nacionais como sistemas principais para os subsistemas locais que formam o todo. Desenvolvendo uma abordagem “analítica que combina as contribuições sobre desenvolvimento da escola estruturalista latino americana com a visão neo-schumpeteriana de sistemas de inovação” (LASTRES, CASSIOLATO, CAMPOS, 2006, p.23). Com isto, os pesquisadores da REDESIST trouxeram sua contribuição para a exploração do conceito ao colocar um foco nas dimensões regionais e locais de sua estrutura, quando aborda diretamente a questão da sua localidade, desenvolvendo o conceito de APL como sendo:

conjuntos de atores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam interação, cooperação e aprendizagem, os quais são fundamentais para a geração e mobilização de capacidades produtivas e inovativas. APLs geralmente incluem empresas – produtoras de bens e serviços finais; fornecedoras de bens (matérias-primas, equipamentos e outros insumos) e de serviços; distribuidoras e comercializadoras; consumidoras etc. – e demais organizações voltadas à formação e treinamento de recursos humanos, informação, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, promoção e financiamento, além de cooperativas, associações e representações. Arranjos Produtivos Locais (APLs) designa aqueles casos fragmentados e que não apresentam significativa articulação entre os atores e que, assim, não podem se caracterizar como sistemas (REDESIST, 2003).

Na literatura podem-se encontrar vários enfoques e nomenclaturas para abordar as aglomerações de empresas. Alguns desses termos e definições evocam os modelos de distritos industriais; outros, os modelos de *cluster*; outros; sistemas industriais localizados; complexos industriais ou de industrialização descentralizada, de comunidades industriais (HASENCLEVER, ZISSIMOS, 2006). A abordagem dos Arranjos e Sistemas Produtivos Locais trazida pela REDESIST caracteriza-se, particularmente, por ressaltar a importância do aprendizado interativo, envolvendo – além de empresas - diferentes conjuntos de atores em âmbito local, como elemento central de dinamização do processo inovativo (REDESIST, 2003).

A existência de instituições que apoiem a difusão do aprendizado e da inovação cria uma “atmosfera” ideal para o desenvolvimento de um APL. Assim, pode-se concluir que a conexão com órgãos governamentais e a existência de políticas públicas que apoiem o desenvolvimento dos arranjos pode constituir uma resposta para diminuir as incertezas, aumentar a flexibilidade e a especialização das firmas, ampliar as dimensões do mercado e sua capacidade de inovar.

Entretanto, complementando a discussão, Amaral Filho (2011, p. 174) esclarece que

o elemento ‘local’, não deve ser incorporado de forma dogmática, a ponto de restringir a aplicação somente àquelas relações ocorridas dentro de uma fronteira delimitada político administrativamente, ou definido pela ocorrência de uma aglomeração de uma empresa ou produtores.

O que o autor reforça que o uso do termo “local” não se restringem apenas as

ligações locais, mas pode abranger também atores que estão fora das aglomerações, territorialmente definidas, desde que ocorra a inter-relação com o arranjo.

Assim, pode-se concluir que para o desenvolvimento dos arranjos de empresas é importante a presença de outros atores e a existência de políticas públicas que possam fortalecê-lo, o que pode constituir uma resposta para diminuir as incertezas, aumentar a flexibilidade e a especialização das firmas, ampliar as dimensões do mercado e sua capacidade de inovar. A empresa que esta inserida em um em APL encontra-se dentro de um ambiente mais propício para a inovação.

Partido desta constatação, o foco das novas políticas de desenvolvimento local é a promoção do processo de aquisição e geração e difusão de conhecimento, dentro de uma visão sistema, em que procura estimular as diversas fontes de conhecimento, as interações entres os agentes locais com o intuito de dinamizar os processos de aprendizado e inovação. Vários países, inclusive o Brasil, têm procurado fomentar as aglomerações produtivas por meio de políticas que possam promovê-las, por considerar que estas apresentam uma “atmosfera” ideal para o aprendizado e da inovação bem como para proporcionar o desenvolvimento locais.

O apoio do Governo brasileiro, segundo Lemos, Albagli e Szapiro (2006) teve início no final da década de 1990 com o apoio às pesquisas acadêmicas que já ocorriam no território nacional. Eram pesquisas empíricas e teóricas financiadas pelas agências financiadoras do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Em 1999 o MCT em parceria com os estados da federação, identificou os APLs que iriam ser apoiados pelo Governo Federal, sendo incluídas, pela primeira vez, ações em APL no Plano Plurianual de Governo – PPA 2000-2003.

No início do mandato do presidente Lula em 2003, várias ações isoladas passaram a adotar a terminologia de APLs o que exigiu do Governo Federal a criação em 2004 do Grupo de Trabalho Permanente para APLs – GTP-APL, coordenado pelo Ministério da Indústria e do Comércio – MDIC que visava a integração dessas ações, envolvendo diversos atores governamentais e não-governamentais. A criação desse grupo foi importante para evitar a duplicação de ações por parte dos organismos governamentais para a mobilização dos arranjos.

Ainda segundo Lemos, Albagli e Szapiro (2006, p. 252),

Integraram inicialmente o GTP, além do MDIC, o Ministério do Planejamento, o MCT e suas agências (Finep e CNPq), e o Ministério das Minas e Energia, que já atuavam com essa abordagem. Outros ministérios passaram a adotá-la no período e a compor ao grupo, tais como os Ministérios da Integração, do Turismo, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Agrário. Os bancos federais de desenvolvimento também foram envolvidos, além do Sebrae e da Agência de Promoção da Exportação (APEX). Até outubro de 2003, 21 organismos participavam do GTP, sendo que novos integrantes, públicos e privados, foram incorporados posteriormente.

Surge, portanto, um novo cenário das políticas governamentais, em que o desafio consiste em incorporar os atores locais na concepção e sustentação do processo de desenvolvimento.

Segundo Barroso e Soares (2009, p.1435), “uma das formas de o governo alavancar os APLs é com a criação de políticas que apoiem o desenvolvimento dessas aglomerações de empresas”. A interação com o Governo possibilita o surgimento de novas políticas públicas que visam estimular a criação e a transferência de conhecimentos proporcionando infraestrutura para a disseminação da inovação.

No Ceará, segundo o mapeamento realizado por Amaral Filho (2010) e sua equipe, as políticas de apoio foram implantadas a partir do ano 2000 com a criação do Centro de Estratégia de Desenvolvimento – CED (2000-2003) que, após sua extinção, os trabalhos foram assumidos pelo Instituto de Pesquisas e Estratégias Econômicas – IPECE, que tinham como objetivo a identificação de APLs com base nos conceitos da REDESIST.

Em 2005, houve um salto qualitativo nas políticas públicas para APL no estado, quando a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Local e Regional – SDLR, assume os trabalhos de identificação dos APLs “conservando a metodologia de trabalho desenvolvida pela CED e IPECE” (AMARAL FILHO et al., 2010, p. 221), fazendo parte da já existente Rede Institucional de Apoio aos APLs – REDE APL (2003-2006).

Nesse período de 2000 a 2007, “a SDLR identificou 22 novos casos, além dos 18 já identificados pelo CED e IPECE, por meio de pesquisa de campo, ampliando o mapa para 40 APLs”.

Ao lado das ações da SDLR, atuava com estrita ligação a Secretaria Estadual do Trabalho e Empreendedorismo – SETE reunindo instrumentos de apoio a APLs além de promover a organização dos mesmos e administrar o Fundo Especial de Desenvolvimento e Comercialização do Artesanato – FUNDARTE, e o Fundo de Financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas do Estado do Ceará – FCE.

Em 2007, com o novo Governo Federal, a SDLR foi transformada em Secretaria das Cidades que assumiu os trabalhos com APLs através da coordenadoria de Desenvolvimento e Integração Regional – CODIR. A REDE APL foi transformada em Núcleo Estadual de Apoio aos APL – NEAAPL-CE ficando sob a coordenação da CODIR e usando como critério de seleção de APLs a serem apoiados pelo Estado, a metodologia do Grupo de Trabalho Permanente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – GTP-APL/MDIC.

Ao seguir a orientação do MDIC, o NEAAPL reduziu de 40 para 11 APLs a serem priorizados, “medida que gera efeito de exclusão em relação aos arranjos produtivos de pequeno porte” (AMARAL FILHO et. al., 2010, p. 232), sendo beneficiados somente os mais robustos:

1. Calçados na região do Cariri;
2. Cerâmica vermelha em Baixo Jaguaribe;
3. Moveis de madeira no município de Marco;
4. Turismo na região do Cariri;
5. Turismo na Serra da

Ibiapaba; 6. Cajucultura no município de Aracati; 7. Redes de dormir em Jaguaruana; 8. Confeções de peças íntimas em Frecherinha; 9. Ovinocaprinocultura na região dos Inhamus; 10. Leite nas regiões do Sertão Central e no Baixo Jaguaribe; e 11. Tecnologia de informação na Região Metropolitana de Fortaleza” (AMARAL FILHO et. al., 2010, p. 218).

Outra Secretaria que também apoia os APLS é a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE) que também compõe o NEAAPL-CE e é responsável pela “elaboração de projetos, desenvolvimento e aperfeiçoamento de processos tecnológicos e consultoria técnica aos produtores locais” (AMARAL FILHO et. al., 2010, p.226).

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS atualmente é quem administra o FUNDARTE e faz a gestão da CeArt, tendo como objetivo “viabilizar a geração de emprego e renda para milhares de famílias e fortalecer o desenvolvimento sustentável em todo o Estado”.

### **3 | O PROCESSO DE APRENDIZADO E INOVAÇÃO EM APLS**

A aceleração do movimento de globalização dos mercados e a necessidade de atualização cada vez mais rápida exigem dos empresários uma melhor capacidade de lidar com a informação para transformá-la em conhecimento, acarretando na rápida disseminação de novas tecnologias.

Nessa atual conjuntura, marcada pela crescente incorporação de conhecimentos nas atividades produtivas, a inovação passou a ter importância fundamental para a competitividade de organizações e países. Deste modo, o ritmo elevado das mudanças sociais, econômicas e técnicas levaram Johnson e Lundvall (2005) a propor o uso do conceito de “Economia do aprendizado”, pelo fato de que “o que importa realmente para o desempenho econômico é a habilidade de aprender” e que “a rápida mudança implica a necessidade do rápido aprendizado, e aqueles envolvidos com o aprendizado impõem mudanças no ambiente e em outras pessoas” (pág 87). A ênfase é dada ao fato de estar sempre buscando novos conhecimentos a partir do aprendizado constante, considerado não apenas como o acesso a novas informações, mas como diferencial para empresas onde a sua competitividade é fortemente relacionada com sua capacidade de aprender para inovar (LUNDVALL, 1992; BROWN, DUGUID, 1991).

A partir dos ganhos de aprendizagem, são criadas condições para a ocorrência de processos inovativos e geradas bases para o acúmulo de competências, consideradas condições relevantes para as empresas melhor se posicionarem no mercado.

As inovações podem ser aplicadas em qualquer produto presente no mercado, isso porque seu significado está ligado à implementação de um produto, serviço, ou processo, método de gestão organizacional e de marketing, que seja inédito, no mercado ou apenas na empresa, além disso, devem ser aceita pelo mercado e capaz de gerar lucro (OCDE, 2005). Podem ser incrementais, quando acontecem em um nível mais elementar

das mudanças, abrangendo “melhorias feitas no *design* ou na qualidade dos produtos, aperfeiçoamento em *layout* e processos, novos arranjos logísticos e organizacionais e novas práticas de suprimentos e vendas” e podem ser radicais quando “buscam romper as trajetórias existentes” ocasionando saltos nas rotas tecnológicas estabelecidas (TIGRE, 2006, p.74).

Segundo o Manual de Oslo, quando um fabricante decide modificar as características de um produto ele está produzindo uma inovação de produto; quando uma empresa opta em criar uma estratégia que reforce ou que melhore o posicionamento da marca ela está inovando em *marketing*; outra forma de inovação apontada pelo manual ocorre quando há melhoria no local de trabalho, no desenvolvimento profissional e pessoal de colaboradores e nas relações externas, essa denominada de inovação organizacional; quanto à inovação de processo, representa mudanças que aumentem a eficiência da produção e distribuição dando mais praticidade ao processo de fabricação, como mudanças em *layout* e automação de processos (OCDE, 2005).

Segundo Tidd, Bessant e Pavitt (2005) o atributo principal da inovação em redes é a interação entre os agentes pertencentes às mesmas, compartilhando resultados dinâmicos. Quando organizadas em rede, as organizações passam a compartilhar conhecimentos, diminuindo as incertezas e facilitando o processo inovativo.

Assim, o processo de inovação não deve ser limitado a uma única empresa mesmo que esta seja detentora de grandes recursos, ele envolve todo o contexto no qual as empresas estão inseridas e evolui a partir do nível de inter-relações existentes entre os agentes locais, ou seja, a cooperação entre as empresas e a troca de conhecimentos são elementos essenciais para a inovação. Dessa forma, a inovação passa a ser compreendida como um processo sistêmico, envolvendo interações de empresas, organismos governamentais, organizações de ensino e pesquisa e instituições locais, sendo o aprendizado um elemento fundamental para a eficiência desse processo (FREEMAN, 1988).

Tal como a inovação, o aprendizado é um processo essencialmente interativo. Lundvall (1992) ressalta que para analisá-lo também é necessário considerar a influencia do contexto no qual está inserida a firma, conhecer o ambiente e os tipos de relações de aprendizado que existem entre os agentes do contexto. Esta análise é de fundamental importância para o desenvolvimento e a implementação de novas tecnologias.

O processo de aprendizagem pode ser visto como um fenômeno de construção social determinado pela interação entre pessoas que, através de suas experiências trocam conhecimento entre si, se configurando como, segundo Fleury e Fleury (1997, p.19) “um processo de mudança, resultante de prática ou experiência anterior, que pode vir, ou não, a manifestar-se em uma mudança perceptível de comportamento”.

Malerba (1992) identificou diferentes mecanismos de aprendizado (Quadro 01), o *learning by doing* (fazendo), *by using* (usando), *from advances in Science e technology* (com o avanço da ciência), *from inter-industry spillover* (com ‘spillovers’ interindustriais),

*learning by interacting* (interagindo) e *learning by sourcing* (procurando).

Segundo Malerba (1992) e Tigre (2006) o **aprender fazendo** ocorre internamente à empresa, são situações nas quais novas maneiras de produzir o bem ou prestar o serviço são descobertas como resultado das rotinas operacionais. Está profundamente relacionada ao conhecimento tácito dos funcionários.

O **aprender usando** ocorre pelo uso prolongado de determinado insumo pelos funcionários, permitindo a solução de problemas técnicos e aprimoramento dos produtos. Com uso constante do equipamento pode ser detectado falhas que poderão ser modificadas.

O **aprender com o avanço da ciência** ocorre a partir dos resultados de pesquisas realizadas em universidades e centros de pesquisas e desenvolvimento (P&D), característico de empreendimentos que tenham forte ligação com centros de geração de conhecimento.

Aprender **através de *spillovers* interindustriais** é uma forma de absorção de conhecimento que consiste na contratação de profissionais capacitados em determinado conhecimento sobre determinado processo produtivo.

Aprender **procurando** consiste na busca de informações nos mais diversos meios disponíveis tais como revistas, internet e outras mídias. E o **aprender interagindo** se dá a partir das relações com outras empresas onde a compreensão da dinâmica desta forma de aprendizado está relacionada às possibilidades de transferência de informações e conhecimentos a partir da inter-relação das organizações.

A transmissão de conhecimentos e o aprendizado interativo são importantes elementos difusores de inovação (FREEMAN, 1988) e são considerados elementos-chave para o desenvolvimento de APLs, no entanto, para ampliar o processo de aprendizado e inovação muitos casos dependem de políticas de apoio e incentivos governamentais.

#### 4 | METODOLOGIA

Este trabalho é um estudo de caso (YIN, 2001) de natureza descritiva (GODOY, 2006) e foi desenvolvido a partir de procedimentos previamente definidos, constando das seguintes etapas: (1) Consulta a material bibliográfico especializado; (2) Levantamento de informações gerais sobre o APL, em órgãos como a CeArt, principal incentivador do grupo de produtores, no Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa - SEBRAE, instituição que também deu suporte de cursos para o APL; (3) Observações não participante (ALENCAR, 2009) em outubro de 2017, por meio de visitas para conhecer melhor os principais aspectos ligados à produção, estágio tecnológico e estrutura de apoio; e finalmente, (4) Realização de entrevistas semiestruturadas, com os produtores, moradores, lideranças locais, com os técnicos da CeArt e pessoas envolvidas com a política estadual e local que também deram sua contribuição ao arranjo, permitindo a liberdade dos entrevistados para manifestarem suas opiniões, seus pontos de vistas e

argumentos com a intervenção do pesquisador no sentido de estimular o aprofundamento das respostas, no entanto sem induzi-las (ALENCAR, 2009). Em algumas partes do trabalho, para melhor enriquecer os resultados, foram usados discursos retirados das entrevistas.

O tratamento dos dados se deu por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2000), de natureza qualitativa (LAVILLE, DIONE, 1999) por se mostrar mais apropriada para esse tipo de investigação aqui proposta, onde, se recobre

“um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2000, p. 42).

A análise de conteúdo, segundo Laville e Dionne (1999) se sustenta na categorização de elementos, podendo ser trabalhada de forma quantitativa ou qualitativa. Na análise quantitativa de conteúdo, o pesquisador constrói categorias e distribui a frequência de ocorrência dos elementos presentes nos discursos. Na análise qualitativa de conteúdo, abordagem utilizada neste artigo, a preocupação não é a frequência com que esses elementos aparecem e sim as ideias que cada discurso apresenta, ressaltando a complexidade dos detalhes e a forma como esses elementos se relacionam levando em consideração o contexto e suas peculiaridades, ou seja, ocorre a interpretação dos significados por trás dos conteúdos coletados.

A escolha do campo empírico se deu quando, em uma busca por materiais de APLs no Ceará percebeu-se que o arranjo de Ipaguaçu Mirim não se encontrava na lista de APLs da Secretaria das Cidades, o que despertou o interesse de descobrir os motivos de sua ausência na lista (CONTEÚDO CEARÁ, 2012). Segundo o site Conteúdo Ceará, este mapeamento sobre os APLs apresenta os resultados das viagens e visitas de reconhecimento efetuadas pelas equipes do Centro de Estratégias de Desenvolvimento - CED do Ceará, Instituto de Pesquisas e Estratégias Econômicas - IPECE e da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Local e Regional - SDLR nas localidades que apresentam indicadores de aglomerações produtivas especializadas.

## **5 | CARACTERÍSTICAS DO APL DE ARTESANATO DE PALHA DE IPAGUAÇU MIRIM**

A cidade de Massapê - CE dista 270 km de Fortaleza e conta com uma população estimada de 35.191 habitantes (IBGE, 2010). Está localizada em uma região semiárida na zona norte do Estado e possui uma vegetação bem característica da caatinga. Por todos os lados que se olhe sempre dá para se ver uma árvore de carnaúba, matéria prima de seu artesanato.

Na estrada que liga a sede do município ao distrito de Ipaguaçu Mirim esta realidade

não se modifica, são vários carnaubais acompanhando o trajeto de 10 km de estrada asfaltada. Para os olhares mais atentos, percebe-se que dessas árvores foram colhidas suas folhas que, secas, servirão para uma das atividades econômicas das famílias da região. O distrito de Ipaguaçu Mirim está localizado às margens do açude Acaraú-Mirim, mais precisamente no seu vertedouro, chamado por “ponte” pelos seus moradores. Este açude, segundo eles, foi construído no final do século 19 e suas águas foram barradas de um riacho, que vinha descendo da serra da Meruoca, chamado Acaraú-Mirim, o que deu origem a seu nome e inspirou os moradores das fazendas próximas a denominarem o local de Ipaguaçu Mirim. As primeiras famílias que ali viviam, cultivavam a terra ou pescavam para sobreviverem, aproveitavam os períodos de cultivo do milho, do feijão, da mandioca, no final do inverno e a do canaúbal no verão, onde se colhia as palhas da carnaúba, colocavam para secar e “bater o pó” para fazer a cera, tudo de forma muito artesanal, material de grande valor no exterior para a fabricação de vários produtos como cosméticos, vernizes e até partes eletrônicas.

Para complementar a renda, os moradores aproveitavam as palhas batidas e faziam chapéus com a palha onde vendiam para os mercados das cidades de Massapê e de Sobral que exportavam para outros países.

Foi observado que as produtoras que trabalham o artesanato em Ipaguaçu Mirim são formadas por uma população adulta, de faixa etária concentrada entre 25 e 45 anos de idade, predominando o gênero feminino. Quanto ao nível de escolaridade percebe-se pelo vocabulário usado e pela forma como estruturam as respostas que possuem pouca instrução formal, o que não chega a ser um grande limitador, pois para exercer seu ofício as técnicas utilizadas são bastante simples sendo necessária somente habilidade manual e criatividade no desenvolvimento das artes com as palhas. O baixo nível de instrução pode ser compreendido pelas condições de vida do local. Além da pouca oferta de instituições de ensino na região, as pessoas, na sua grande maioria de baixa renda têm poucas condições de ir até a cidade para estudarem. Isso pode justificar também a presença de crianças que detêm a habilidade com o trançado que segundo os moradores começam a desenvolvê-la a partir dos 10 anos de idade, aproximadamente, como brincadeira ou como forma de ocupar suas horas vagas.

O comércio do trançado da palha de carnaúba permitiu o surgimento de uma cooperativa de produção de chapéu e bolsas em Massapê da qual pertencia a maioria das produtoras da região. O principal comprador de seus produtos era o Centro de Artesanato do Ceará – CeArt, um espaço de comercialização de Fortaleza que vende os produtos para os moradores e os turistas que visitam a capital do Ceará, uma iniciativa do Governo do Estado para fomentar, desenvolver e organizar o artesanato cearense. Segundo a Coordenadora de Comercialização do órgão as peças até tinham boa saída. As produtoras eram estimuladas constantemente a inovar. Eram oferecidos cursos que exploravam as capacidades criativas das artesãs, como cursos de design que forneciam modelos novos

aprimorando o olhar delas, e de artesanato para aprimorar as técnicas de confecção das peças agregando um maior valor ao produto, comprados pela CeArt por valores que variavam de R\$ 5,00 a R\$ 15,00, dentre chapéus e bolsas.

### 5.1 Os Processos produtivos e inovativos no APL

Todo o processo produtivo das peças, desde a coleta das palhas, passando pela secagem, a retirada do pó e a confecção do trançado é dominado pelos artesãos. As bolsas e os chapéus são feitos em suas residências, nas calçadas, ou na sede da cooperativa e da associação.

A habilidade de fazer o trançado do chapéu de palha é tradicionalmente transmitida de mãe para filho por gerações e se mantém viva até os dias atuais. Os filhos que se interessam se encarregam de transmitir para a geração seguinte, como visto na fala desta associada: *“eles faze, os meus tudim faze, só quem não faz é essa daí que ainda é pequena, os meus faze é tudo, do começo ao fim”* (sic) (D. ACÁCIA). O aprendizado presente no arranjo se caracteriza fundamentalmente pela socialização do conhecimento entre as produtoras por meio do aprender fazendo e o aprender interagindo (MALERBA, 1992). O processo de aprendizado se dá, portanto com o envolvimento de dois ou mais indivíduos, o que indica que partem de uma interação com os produtores, onde compartilham conhecimento tácito por meio da cooperação. Fato observado na fala deste filho de uma artesã: *“desde criança a mãe já colocava a gente para ajeitar essas coisas (...) a gente que ia fazendo melhor, assim, ia instruindo os outros”* (sic). (CRAVEIRO).

As inovações e atualizações aconteciam por cursos oferecidos pelos parceiros e da participação das produtoras em feiras, eventos e por meio das viagens que faziam para comercializar o produto, o que caracteriza o *learning by sourcing* e o *learning by interacting* (MALERBA, 1992). Segundo D. Jasmim,

“aparecia o catálogo ai a presidente era a mais inteligente, né, ai ela fazia na máquina e trazia e ela mesmo criava, ai quando ela criava ela trazia pra gente e a gente ia tentar fazer. A gente criava os enfeitinho que a gente chamava mas do início mesmo era do modelo e eram vários modelos. O gerente viajava, né pra conseguir mercado e lá ela via outras qualidades e uns modelos diferentes e trazia para a presidente ensinar as sócias” (sic).

Atualmente a cooperativa e a associação não funcionam mais e este APL é formado somente por produtores individuais, dispersos e que produzem somente “camisas” de palha que revestem as garrafas de uma indústria de cachaça de Fortaleza deixando de lado todo o potencial inovativo possibilitado pelo trabalho com as bolsas, como visto na fala dessa artesã: *“no tempo da cooperativa a gente é que a gente fazia chapéu diferente, ai agora, depois da cooperativa é que vem esse funcionário da (...) de Fortaleza”* (D. ROSA).

Alguns fatores podem ter causado o fechamento da cooperativa e da associação, dentre eles podemos citar a redução das compras das peças pela CeArt que era praticamente

a maior compradora em grande volumes, deixando a cooperativa em dificuldades por esta não possuir outro canal de comercialização consolidado; outros mercados com Sobral e Massapé as vendas eram muito pulverizadas e incertas; alguns fatores logísticos como o transporte e armazenamento correto das peças pelos próprios moradores, que muitas vezes não permitia a proteção contra intempéries, fazendo com que a mercadoria se estragasse com as chuvas e insuficiência na gestão do negócio que não permitia lidar corretamente com os frequentes calotes dos mercados de Sobral e de Massapé, fato que estava sendo corrigido com as ações das instituições que apoiavam o APL.

Há alguns anos surgiu no APL um representante de uma indústria de cachaça que passou a encomendar às produtores um nova peça, cujo *design*, era fornecido por ele, para cobrir as garrafas de cachaças, sendo, portanto uma inovação para o APL, que passou a direcionar sua atividades produtivas para essa nova peça.

Segundo as produtoras, o que ainda mantém suas atividades é a produção da peça destinada à indústria de cachaça para revestir as garrafas. De acordo com elas o representante que chega de tempos em tempos no distrito e compra toda a produção, rejeitando as que estão fora do padrão de medição exigido por ele, como pode ser observado na fala dessa entrevistada: *“O carro da (...) vem e pega aqui, eles não dá o dinheiro, depois é que eles deposita o dinheiro”* (sic) (D. ROSA). A exigência de um padrão pré-definido de confecção não dá margens para as produtoras usarem a criatividade na confecção de novas peças.

Embora a indústria de cachaças tenha proporcionado o redirecionamento das atividades produtivas, a partir do momento que orientou a produção de nova peça e não só chapéus e de bolsas, a interferência desta empresa parece ser prejudicial ao desenvolvimento do APL tendo em vista a situação de exploração verificada atualmente. A falta de liberdade para criar e inovar que as artesãs dispunham há cinco anos não é mais a mola propulsora do trabalho desenvolvido por elas. Além dos prejuízos financeiros, há também os prejuízos sociais com a permanência da região em posição de inferioridade em relação às demais, além do prejuízo cultural por não haver mais o incentivo em perpetuar a confecção das peças tendo por pano de fundo a socialização do aprendizado, a criatividade e a inovação.

É um trabalho puramente mecânico de fornecimento de matéria prima para o beneficiamento de outra empresa onde qualquer alteração é indesejável. A indústria ainda não possui nenhuma política de responsabilidade social, de incentivo ao associativismo ou incentivo ao desenvolvimento regional para com aquela comunidade caracterizando uma relação com um viés unicamente exploratório de caráter financeiro, com o preço de cada peça perfazendo poucas dezenas de centavos. Os produtores então, também deixam de fazer seus produtos para atender a essa demanda.

## 5.2 A participação do Governo no APL

O arranjo inicial tinha como um de seus apoiadores a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social por meio do Centro de Artesanato do Ceará (CeArt), sendo um grande incentivador das produtoras, fornecendo cursos de capacitação, gestão e *design*, levando-as para participarem de feiras e eventos em outras regiões. Nessa parceria, o ganho era mútuo, pois a CeArt conseguia revender as peças com uma boa margem de lucro e também investia no aprendizado por meio do desenvolvimento de novas técnicas de fabricação, possibilitando e incentivando a inovação das peças. As facilitadoras dos cursos procuravam novos modelos em revistas e catálogos especializados e transmitia para as alunas que também eram estimuladas a criar novas peças ou fazer inovações incrementais a partir daquele modelo inicial. Algumas artesãs externalizavam seu conhecimento tácito, multiplicando o saber, uma vez que são cadastradas pelo Centro de Artesanato do Ceará como “Mestres artesãs” um título que permite a contratação delas pelo órgão para ensinar outras pessoas de outras comunidades, fazendo com que a socialização do conhecimento entre as comunidades seja outra forma de aprendizado por interação conforme a fala dessa artesã: “*a ... ia para a feirinha ai trouxe o modelo e um bucado de lá aprendeu já outro modelo que era o nosso e ela aprendeu outro modelo*” (sic) (D. HORTÊNCIA).

O contato com a CeArt se deu por intermédio do então Secretário Estadual de Ciência e Tecnologia (SECITECE), que nasceu em Ipaguaçu Mirim e tem o sonho de desenvolver a região. Segundo ele, quando assumiu a secretaria, foram feitas várias parcerias com órgãos públicos para aproveitar as “faturas de terra e a água” que tem na região. Em suas palavras:

“Criamos em 2004 uma colônia de pescadores com parceria com o IDT (Instituto de Desenvolvimento do Trabalhador), com o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca) e com o Ministério Público, ajudamos a construir essa colônia, nas palhas, quando assumi a secretaria capacitamos as mulheres em curso de corte e costura e curso de palha de carnaúba, tudo, inclusive como fazer o papel com o pó da palha da carnaúba, daria pra fazer mil coisas, separamos o prédio mais antigo de lá, reformamos para ser a sede da associação e fizemos uma parceria com a CeArt” (sic) (SR. GERÂNIO SILVESTRE).

Um outro fato ressaltado por um dos entrevistados foi que, muitas das mulheres artesãs recebem o benefício do Programa Bolsa Família o que as deixam desinteressadas pela produção artesanal.

O apoio do Governo também possibilitou a interação com outras instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE), que também trouxe cursos para o local. Com o apoio da SECITECE foi reformado o prédio no distrito de Ipaguaçu Mirim, para servir de sede para a cooperativa e a associação, o qual foi equipado com máquinas de costura para dinamizar a produção, o que pode ser observado também na fala dessa artesã: “*A gente tinha um prédio, tinha um paiol de palha pras sócias, a*

*gente comprava mais em conta, engomava tudo lá, tinha os ferro à energia, tá todas as máquina, tudo lá” (D. HORTÊNCIA).*

As artesãs também contaram com o apoio da Secretaria Estadual do Trabalho e Empreendedorismo, através do programa “Ceará Empreendedor”, que atuou no APL em 2004, onde foram trazidos cursos de gestão de negócios e capacitações tecnológicas como o tingimento natural, conservação e texturização da palha de carnaúba, porém o trabalho não prosperou para além desses cursos.

### **5.3 O APL com a redução do apoio do Governo**

Atualmente, o arranjo encontra-se sem o apoio direto do Governo e do SEBRAE. A CeArt parou de comprar os produtos e de enviar instrutores para capacitação das artesãs. Segundo a Coordenadora de Comercialização do referido órgão as compras foram interrompidas *“por que elas deixaram de produzir”* (D. BEGÔNIA). Uma explicação para o fato, segundo ela, é o período de sazonalidade das vendas. Como os produtos passam por essa demora na venda, as produtoras demoram a receber o dinheiro do que fabricaram, fato observado também na fala da artesã: *“As venda era pouca né, e as vezes demorava a vir dinheiro, o pessoal vinha fazer o pedido ai custava a vir pagar ai pronto, acabou”* (D. ACÁCIA).

Com a redução do apoio do Governo, o arranjo perdeu seu principal incentivador e comprador, causando a “desorganização” do APL. Observa-se que os laços de interação e articulação entre os produtores eram fracos e pode estar associado ao nível de escolaridade destes que é relativamente baixo, dificultando a organização do APL, bem com as capacitações produtivas e inovativas.

No APL, ao perder o apoio do governo, houve uma descoordenação das ações, ou seja, uma descontinuidade provocando a perda da dinamicidade especialmente quando deixou de comprar a produção. Quando o APL passou a produzir unicamente “camisas” que revestem garrafas de cachaça para uma indústria em Fortaleza que explora o trabalho das produtoras, sem políticas de responsabilidade social para o local, nem incentivo a novos aprendizados, o que dificulta mais ainda o processo de inovação e fortalecimento deste. Por outro lado, observou a fraca liderança local o fragiliza ainda mais o APL. Quanto a isto, Lastres, Cassiolato, Campos, (2006) apontam que a presença de agentes que atuem como lideranças locais, tanto pertencentes a empresas ou a organismos de promoção, é fundamental para a coesão, a integração e a coordenação das iniciativas existentes no APL

A perda do apoio da CeArt, a falta de convivência cooperativista e associativista causaram reflexos nas inovações e no aprendizado do arranjo. A falta de incentivos em cursos novos trazidos pelo Governo dificultou a disseminação do conhecimento entre os produtores e a troca de saberes com outras comunidades. As feiras, que permitiam o acesso a novos produtos também deixaram de convidá-los e as mestres-artesãs deixaram

de viajar para ensinar outras comunidades. Segundo a artesã *“tá com uns cinco anos que vem fracassando né, baixamo ai né, dois anos mesmo que a gente tá sem fazer né, venda mesmo num tá tendo não”* (sic) (D. Camélia). Analisando essas palavras, nota-se que para essa artesã o grupo terminou o que pode ser observado também na sua fala seguinte *“Eu sinto muita falta, eu gostava de fazer os trabalho, a gente fazia cada um nas suas casas”* (sic) (D. CAMÉLIA).

Neste contexto, Lemos, Albagli e Szapiro (2006) ressalta que para a implementação de políticas de apoio a APLs é necessário considerar as suas especificidades, buscando conhecimentos mais aprofundados sobre eles, bem como sobre o ambiente onde estão inseridos, para identificar as melhores formas de atendê-los, como também de gerar resultados positivos para o conjunto social em que se inserem. Ressaltam ainda que deve-se evitar gerar esforços descoordenados, a inadequação e superposições de ações, os quais não trazem resultados efetivos na implementação de ações para o fortalecimento dos APLs.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pode perceber nesse trabalho é que o apoio de órgãos governamentais à APLs é de fundamental importância para o seu desenvolvimento, principalmente em comunidades onde o APL se desenvolveu a partir de ações do Governo para potencializar as habilidades dos moradores locais e o incipiente comércio que lá existia.

Colocando também um olhar sobre a responsabilidade das artesãs quanto à dinâmica do APL, outro fator importante a ser questionado é, também, se há a necessidade do grupo de produzir, pois se por um lado o Governo deixou de comercializar o produto das artesãs, por outro ele auxilia com o benefício do Bolsa Família, deixando-as, até certo ponto acomodadas, como visto na fala do então Secretário Estadual de Ciência e Tecnologia, cabendo uma reflexão: Será que esses fatores contribuem para o enfraquecimento do arranjo?

Conforme verificado no relato de ambas as partes, o governo deixou de comprar porque as artesãs deixaram de produzir e as artesãs deixaram de produzir porque demoravam a receber o dinheiro dos produtos que eram vendidos. Esse problema poderia ser resolvido com a utilização de linhas de crédito para antecipação de recebíveis com bancos do governo como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), por exemplo, e do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), instituições com histórico de apoio a APLs no Ceará. Pode-se verificar que ao mesmo tempo em que o governo atua positivamente com determinada política, paralelamente, atua de forma negativa com políticas de transferência de renda que podem ser responsáveis pela diminuição das iniciativas individuais empreendedoras. Estudos futuros podem ser empreendidos com a finalidade de analisar o impacto das

políticas de transferência de renda no desenvolvimento dos APLs, confirmando ou não, os argumentos utilizados pelo representante do governo.

Quanto aos tipos de aprendizados verificou-se a existência do aprender fazendo, aprender usando e o aprender interagindo o que pode ser fortalecido com o apoio de organizações e políticas públicas de incentivo aos APLs.

Outro ponto importante detectado nesse trabalho é a presença da indústria de cachaça de Fortaleza na história do arranjo, que também trouxe um aprendizado para as artesãs: A confecção inicial das “camisas” das garrafas, porém não foi observado liberdade de inovação nessa demanda, desde a primeira produção, sendo atualmente a única compradora do, agora, único produto comercializado. É o que está garantindo a “subsistência” do grupo, porém, as “camisas” que são fabricadas e vendidas para embalar os frascos de aguardente, são confeccionadas e vendidas por um preço que não garante o sustento digno das artesãs, observado nesta fala: *“ajuda, mas se fosse depender só delas, não dava”* (D. CAMÉLIA).

O que se encontra facilmente no local são algumas pessoas sentadas nas calçadas fazendo poucos trançados de palha para a confecção das camisas, trazendo a impressão de ser o trabalho passatempo enquanto trocam conversas com os vizinhos.

Infere-se que as artesãs do APL aqui estudado precisam de pessoas e instituições com habilidades econômicas, gerenciais e financeiras para restabelecer suas atividades e sair da situação de “subsistência” que ora se encontram para uma de existência plena, com melhora no volume e na distribuição da renda, recuperação do compartilhamento do saber e do aprendizado, resgate da inovação dos produtos, e como reflexo final, mais desenvolvimento econômico para o município.

Para enriquecer mais as análises das experiências relativas a aprendizado e inovação, caberia aos interessados desenvolver pesquisas em outros APLs, fazendo novas descobertas, efetuando comparações, mensurando o efeito positivo e/ou negativo da atuação do governo, mostrando também a importância das interações com a esfera governamental além de estudos ressaltando a importância da interação com outros atores do processo como as Universidades, os Centros de Pesquisa e as incubadoras, o que constitui também um desafio para estudos futuros, uma vez que estas análises não se exaurem no presente estudo.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. **Metodologia de Pesquisa**. Lavras: UFLA, 2009.

AMARAL FILHO, J. et al. Análise das políticas para APLs no Ceará, In: APOLINÁRIO, V. SILVA, M. L.(orgs). **Políticas para Arranjos produtivos locais: Análise em estados do Nordeste e Amazônia Legal**. Natal: EDUFRN, 2010.

\_\_\_\_\_, J. Sistemas e Arranjos Produtivos Locais. **PPP Planejamento e políticas públicas**, IPEA. n,

36, p.171-212. jan./jun. 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições70, 2000.

BARROSO, J. A.; SOARES, A.A.C. O impacto das políticas públicas no desenvolvimento de arranjos produtivos locais: o caso do APL de ovinocaprinocultura em Quixadá, Ceará. **RAP Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro. Ano 43, n. 6, p. 1435 – 1457. nov./dez. 2009.

BRITTO, J.; ALBUQUERQUE, E. M. Estrutura e dinamismo de clusters industriais na economia brasileira: uma análise exploratória a partir dos dados da RAIS, In: TIRONI, L. F. **Industrialização descentralizada: sistemas industriais locais**. Brasília: IPEA, 2001.

BROWN, J. S.; DUGUID, P. Organizational learning and communities-of-practice: toward a unified view of work, learning and innovating. **Organization Science**, v.2, n.1, p. 40-57. 1991.

CALAMEL, L.; DEFELIX, C.; PICQ, T.; RETOUR, D. Inter-organizational projects in French innovation cluster: the construction of collaboration. **International Journal of Project Management**, n. 30, p. 48-59. 2012.

FLEURY, M. T.; FLEURY, A. **Aprendizagem e Inovação Organizacional**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FREEMAN, C. Japan a new system of innovation. In: DOSI, G.; FREEMAN, C; NELSON, R.(eds). **Technical change and economic theory**. London: Pinter, 1988.

GODOY, A. S. Estudo de Caso Qualitativo, In: GODOI, BANDEIRA-DE-MELO, SILVA, (org.) **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

HASENCLEVER, L.; ZISSIMOS, I. R. M. A Evolução das Configurações Produtivas Locais no Brasil: uma revisão da literatura. **Revista de Estudos Econômicos**, v. 36, p. 407-433, 2006.

IBGE. (Governo Federal) 2010. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 04/01/2017.

JOHNSON, B.; LUNDEVALL, B. Promovendo sistemas de inovação como resposta à economia do aprendizado crescentemente globalizada. In: LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E. ARROIO, A. (Orgs.). **Conhecimento, sistemas e inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Contraponto, 2005.

CONTEÚDO CEARA (Governo do Estado). 2012. Disponível em: <[http://conteudo.ceara.gov.br/content/aplicacao/SDLR/APLs/gerados/arranjos\\_produtivos.asp](http://conteudo.ceara.gov.br/content/aplicacao/SDLR/APLs/gerados/arranjos_produtivos.asp)>. Acesso em 12/10/2017.

LASTRES, CASSIOLATO, CAMPOS. Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais: vantagens do enfoque. In: LASTRES, M.; CASSIOLATO, J.E. (Orgs). **Estratégias para o desenvolvimento: um enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros**. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas**. Trad. por MONTEIRO, H.; SETTINERI, F. Porto Alegre: Editora UFMG: Artmed, 1999.

LE MOS, C.; ALBAGLI, S.; SZAPIRO, M. Políticas de promoção de arranjos produtivos locais no Brasil: evolução recente e desafios atuais. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E (org) **Estratégias para o Desenvolvimento: um enfoque sobre arranjos produtivos locais no Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros**. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

LUNDEVALL, Bengt-åke. **National Systems of innovation: toward a theory of innovation and interactive learning**. London: Printer, 1992.

\_\_\_\_\_, Bengt-åke. Why the New Economy is a Learning Economy. **DRUID Working Papers**, No 04-01,

DRUID, Copenhagen Business School, Department of Industrial Economics and Strategy/Aalborg University, Department of Business Studies. 2004.

MALERBA, Franco. Learning by Firms and Incremental Technical Change. **The Economic Journal**, v. 102, n. 413, p. 845-859, Jul.1992.

MORGAN, J. Q. Governance, Policy Innovation, and Local Economic Development in North Carolina. **The Policy Studies Journal**, Vol. 38, n. 4, p. 679-702. 2010.

NELSON, R. **National innovation systems: a comparative analysis**. New York/Oxford: Oxford University, 1993.

NISHIMURA, J. OKAMURO, H. Subsidy and networking: The effects of direct and indirect support programs of the cluster policy, **Research Policy**, n. 40, p. 714-727, 2010.

NORONHA, E.G.; TURCHI, L. Política industrial e ambiente institucional na análise de arranjos produtivos locais. Texto para discussão n. 1076. Brasília, Ipea, 2005.

OCDE. Manual de Oslo: OECD **Proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica**. Brasília: FINEP, 2005.

REDESIST – Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**. Coordenação geral: Helena M.M. Lastres José E. Cassiolato. 2003.

TEIXEIRA, K.H. et. al. Território, cooperação e inovação: um estudo sobre o Arranjo Produtivo Pingo D'água. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Vol.44. No.3. Brasília. July/Sept. 2006.

TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. **Managing Innovation: Integrating technological, market and organizational change**. John Wiley & Sons, 2005.

TIGRE, P. B. **Gestão da Inovação: a Economia da Tecnologia no Brasil**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

YIN, R. **Estudo de caso**. Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Análise fatorial 131, 132, 134, 135, 136, 138, 143

Apl 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

Arquitetura ribeirinha 157, 160, 168, 169

Arte 3, 43, 45, 95, 98, 99, 106, 174, 182, 185, 188, 189, 190, 191, 228, 229, 233, 237, 238, 240

Autocomposição 193, 194, 195, 198, 201, 202, 203, 225

Autoconfrontação 204, 205, 206, 209, 210, 211, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221

### B

Barreiras 2, 3, 6, 11, 12, 17, 187, 189, 235

### C

Características socioeconômicas 2

Casa das rosas 171, 173, 181

Clínica da atividade 204, 207, 212, 220, 221

Conciliação 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 223

Conflitos 2, 4, 46, 48, 50, 51, 52, 102, 115, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 222, 223, 224, 225, 229, 232

Cracolândia 107, 108, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117

### D

Dependência química 107, 108, 114, 116, 117

Discurso 67, 85, 133, 183, 187, 206, 208, 209, 212, 213, 215, 220, 221, 233, 238, 239, 240, 242

Disney world 43, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54

### E

Ebit 30, 31, 32, 35, 37, 38, 39, 40

Educação 3, 4, 5, 6, 7, 6, 10, 82, 96, 102, 105, 106, 112, 121, 123, 124, 127, 128, 129, 130, 141, 145, 146, 147, 150, 155, 156, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 191, 204, 205, 206, 209, 220, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 235, 237, 246, 247, 251, 261

Educação patrimonial 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182

Empreendedorismo feminino 1, 2, 3, 5, 7, 8, 11, 12, 13

Endividamento 11, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41

Ensino superior 7, 9, 11, 15, 97, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 205, 206, 212

Estado da arte 43, 45, 98, 99, 106

Estratégia competitiva 55, 56, 59

Eventos sustentáveis 65, 73, 75

Exclusão social 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 109

## **F**

Fabricação digital 157, 159, 165, 169

## **G**

Gênero 6, 7, 8, 9, 86, 97, 104, 172, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 209, 212, 213, 229

Gestão de pessoas 43, 44, 45, 46, 48, 51, 52

Gestão de projetos 46

## **H**

História da enfermagem 245

## **I**

Impactos sustentáveis 65, 68

Incubadora 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28

Indústria de eventos 65, 68, 73

Indústria têxtil 55

## **J**

Justiça restaurativa 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232

## **L**

Lgbt 233

Liminaridade 184, 185, 186, 187, 191

Liquidez 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 135, 184, 235

## **M**

Mapeamento 81, 85, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 118

Marketing 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 57, 64, 71, 72, 74, 75, 82, 83, 144, 235, 262

Modelagem de equações estruturais 131, 132, 138, 139, 141, 143

Mudanças sociais 82, 119, 120, 121, 122, 127

## **P**

Pedagogia jurídica 119

Performance 49, 50, 56, 76, 184, 185, 190, 191, 204

Pessoas em situação de rua 101, 107, 108, 111, 112

Política 84, 88, 91, 94, 101, 102, 103, 105, 108, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 126, 135, 136, 182, 184, 189, 190, 203, 229, 230, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241

Prototipagem rápida 157, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 168

## **R**

Rádio 119, 120, 121, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 235

Rentabilidade 30, 31, 32, 33, 35, 36, 39, 40, 41

## **S**

See now buy now 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64

Sexualidade 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191

Sobrevivência 21, 25, 29, 57, 73, 145, 149, 151, 153, 155, 156, 255, 256, 263, 265, 266, 271

Socialização 87, 88, 89, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 190, 228

Startup 14, 15, 19

Sustentabilidade 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75

## **T**

Turismo cultural 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177

## **V**

Variável latente 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143

## **Y**

Youtuber 233, 235, 238, 240, 242

# Ciências Sociais Aplicadas: Avanços, Recuos e Contradições

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

  
Ano 2020

# Ciências Sociais Aplicadas: Avanços, Recuos e Contradições

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

  
Ano 2020